

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema

Ref.:

Edital – CR 01/2022. Possibilidade. Envio da impugnação por e-mail.

A CONSTRUTORA CELI LTDA, interessada em participar da licitação na modalidade Concorrência nº 01/2022, designada para o dia 05/05/2022, **VEM REQUERER QUE SUA IMPUGNAÇÃO SEJA RECEBIDA POR E-MAIL**, com o envio posterior do documento físico via correios, nos termos das razões a seguir aduzidas:

A Celi, com sede na Cidade de Aracaju, interessada em participar da licitação, ao analisar o edital, verificou irregularidades no instrumento convocatório que precisam ser sanadas. Contudo, compulsando o instrumento convocatório, constatou que o item 21.15 veda o envio de impugnações e recursos administrativo por meio eletrônico (e-mail).

Essa restrição constante no edital vai à contramão da desburocratização, modernização, fortalecimento e a simplificação da relação do poder público com a sociedade, mediante serviços digitais, quem vem sendo massivamente praticada por todos os entes públicos e pessoas jurídicas, com o **objetivo de otimizar os processos de trabalho da administração pública**.

Inclusive, com a Pandemia da COVID-19, houve um maior incentivo ao uso da tecnologia para otimizar procedimentos e processos da administração pública, por meio digital, sem a necessidade de mediação humana.

A restrição editalícia é um retrocesso a modernização, por ir de encontro a desburocratização, a inovação e a transformação digital que vem ocorrendo em todo o mundo.

Por isso, a Construtora vem requerer que a Comissão, diante da utilização do poder discricionário, aceite as impugnações enviadas por e-mail. Até mesmo porque, várias licitantes interessadas em participar do certame são de outros estados, o que dificulta o protocolo físico das impugnações.

Outrossim, caso a Comissão mantenha a restrição do item 21.15, o que particularmente não acredita essa Licitante, que seja aplicada às impugnações o mesmo tratamento de envio, dos documentos e propostas de preço, previsto no item 1.4 do edital, para que os documentos físicos possam ser enviados via Correios, o parece ser razoável e plausível que assim também sejam enviadas as impugnações e recursos.

Por todo exposto, a Construtora Celi vem requerer que sua impugnação possa ser enviada por e-mail e se a comissão entender necessário, a via física da peça será encaminhada para a Comissão de Licitação pelos correios.

É o que requer.

Aracaju, 27 de abril de 2022.

CONSTRUTORA CELI LTDA.
Alexandre Silva Carvalho
Engenheiro Civil
CREA nº 270820/15

CONSTRUTORA CELI LTDA.
Sérgio Cristiano Pereira Silva
Chefe do Deptº de Licitações
RG nº 470.107.SSP/SE

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA/AL.

Ref. Concorrência nº 01/2022
Processo Administrativo nº 03.14.0046/2022

CONSTRUTORA CELI LTDA., empresa privada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **13.031.257/0001-52**, estabelecida na Av. General Calazans, Nº 862 – Bairro Industrial, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, por seus representantes legais infra-assinados, com instrumento procuratório em anexo, vem, nos termos da **Lei 8.666/93 e item 20** do edital, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** do certame licitatório de número-tombo em epígrafe, aduzindo, para tanto, as razões de fato e de direito que passa a expor:

I. TEMPESTIVIDADE

A abertura da sessão pública ocorrerá no dia **05 de maio de 2022 (quinta-feira)**. Considerando que o prazo para o licitante impugnar o edital é de dois dias úteis antecedentes a abertura do certame, temos que a data limite para apresentação da impugnação corresponde ao dia **03 de maio de 2022 (terça-feira)**. Desse modo, o prazo fora devidamente obedecido.

II. RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Foi publicado o edital da **Concorrência nº 001/2022** para contratação de empresa especializada objetivando a execução de obra de engenharia referente a serviços de construção de um conjunto habitacional no Município de Santana do Ipanema/AL, mediante o regime empreitada por

preço unitário, com preço global máximo para a execução de **R\$ 21.400.734,24** (vinte e um milhões quatrocentos mil setecentos e trinta e quatro reais e vinte e quatro centavos), contando com recursos financeiros provenientes do **Ministério do Desenvolvimento Regional - Proposta nº 012357/2020, no valor de R\$ 19.155.746,80** (dezenove milhões, cento e cinquenta e cinco mil, setecentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos) e **contrapartida do Município, no valor de R\$ 2.244.987,44** (dois milhões duzentos e quarenta e quatro mil novecentos e oitenta e sete reais e quarenta e quatro centavos).

A Impugnante, tradicional e conceituada empreiteira de obras públicas, pretendendo participar da licitação em epígrafe, ao analisar as exigências editalícias constatou as seguintes irregularidades que precisam ser sanadas:

- (i) **A administração local não atende ao percentual estabelecido no acordo do TCU nº 2622/2013;**
- (ii) **Defasagem entre a data-base do orçamento estimado (agosto de 2021) e a data do reajuste, o qual ocorreria após um ano, a contar da entrega da proposta (maio/2022), em desacordo com o estabelecido no AC. 19/2017 do TCU.**

Conforme a seguir será detalhado, o instrumento convocatório possui vícios que maculam o certame e precisam ser corrigidos.

Assim, certos da habitual atenção dessa Ilustre Comissão e confiante no seu bom senso, a impugnante requer que sejam analisados os pontos abaixo e, posteriormente, alteradas as irregularidades encontradas, a fim de que a licitação possa transcorrer normalmente, sem que sua legalidade venha a ser futuramente questionada junto ao judiciário e/ou Tribunal de Contas.

III. ADMINISTRAÇÃO LOCAL ORÇADA EM PERCENTUAL INFERIOR AO MÍNIMO ESTABELECIDO NO ACORDÃO Nº 2622/2013 DO TCU.

Os custos da Administração Local das Obras são de suma relevância, pois compõem os encargos suportados pela empresa para a execução dos serviços e devem contemplar, dentre outros, as despesas para atender as necessidades da obra com pessoal técnico, administrativo e de apoio, compreendendo o supervisor, o engenheiro responsável pela obra, engenheiros setoriais, o mestre de obra, encarregados, técnico de produção, apontador, almoxarife, motorista, porteiro, equipe de escritório, vigias e serventes de canteiro, mecânicos de manutenção, a equipe de topografia, a equipe de medicina e segurança do trabalho, etc., bem como os equipamentos de proteção individual e coletiva de toda a obra, as ferramentas manuais, a alimentação e o transporte de todos os funcionários e o controle tecnológico de qualidade dos materiais e da obra e gastos com concessionários de serviços públicos; dentre outros, conforme dispõe o **Acórdão 1555/2017 e o Acórdão 2.369/2011-TCU-Plenário**.

Em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas da União, tem-se que a Administração Local compreende a estrutura administrativa de condução e apoio à execução da construção, devendo constar na planilha orçamentária com detalhamento adequado e devidamente motivado (Acórdãos ns. 1.427/2007, 440/2008, 1.685/2008, todos do Plenário).

Seu dimensionamento deve estar em conformidade com o porte, a localização, a complexidade, o prazo de execução e os requisitos de qualidade da obra, bem como com as determinações da legislação específica para medicina e segurança do trabalho.

Na planilha de venda constante no edital, onde está contemplada a administração local, observa-se que foi destinado para cobrir as despesas com esse item o valor de **R\$ 296.968,56** (duzentos e noventa e seis mil novecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), que equivale a um percentual de **1,38%** do total da obra, conforme item 1.1 da planilha orçamentária. Vejamos:

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA BÁSICA

OBRA: CONSTRUÇÃO DE UM CONSULTÓRIO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA		CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	DATA BASE (INSTRUMENTO SÍNCRONIZADO)	SINAPI - 690251 - DESCRIÇÃO: OBRAS - 08/2011 SINAPI - 690251			
LOCAL: RUA FRONTAL ESTRADA DA GUARANI Nº 501, ZONA RURAL, SANTANA DO IPANEMA			ENCARGOS SOCIAIS	34,30% (PESAL) - 46,00% (MGO)			
VALOR TOTAL DA OBRA			BDI SERVIÇO	25,22%	BDI MATERIAL	13,84%	
	R\$						

Item	Código	Conteúdo	Descrição	Unid	Quant	Valor unit (R\$)	Valor do BDI	Valor Material (R\$)	Valor Total (R\$)	Porcentagem
1.0			SERVIÇOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS							
1.1	COMPOSIÇÃO 01	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA		MEZ	12,00	R\$ 19.753,12	R\$ 4.964,38	R\$ 24.747,50	R\$ 296.968,56	25,22%
1.2	COMPOSIÇÃO 02	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS		UNID	1,00	R\$ 1.228,20	R\$ 309,75	R\$ 1.537,95	R\$ 1.537,95	13,84%

Entretanto, analisando a planilha, percebe-se que não foram considerados os custos reais com a administração local, suficientes para atender a grandeza da obra licitada, **no montante de vinte e um milhões**, que por sua vez **deve ser composta** de um mínimo de itens/despesas para atender as necessidades da obra, segundo o Acórdão nº. 036,076/2011-2 do TCU:

“pessoal técnico, administrativo e de apoio, compreendendo o supervisor, o engenheiro responsável pela obra, engenheiros setoriais, o mestre de obra, encarregados, técnico de produção, apontador, almoxarife, motorista, porteiro, equipe de escritório, vigias e serventes de canteiro, mecânicos de manutenção, a equipe de topografia, a equipe de medicina e segurança do trabalho, etc., bem como os equipamentos de proteção individual e coletiva de toda a obra, as ferramentas manuais, a alimentação e o transporte de todos os funcionários e o controle tecnológico de qualidade dos materiais e da obra”.

Desse modo, notadamente a planilha que contempla a administração local apresentada no edital ora impugnado está subdimensionada, e não cobre as despesas mínimas necessárias para uma obra de grande porte.

Assim, com base nas recomendações da pacífica jurisprudência do TCU, acreditamos que a Administração Local deve compreender os custos das seguintes parcelas e atividades, dentre outras que se mostrarem necessárias:

ADMINISTRACAO DA OBRA (COM ENCARGOS SOCIAIS)	
ENGENHEIRO SUPERINTENDENTE	Mês
Engenheiro Supervisor	Mês
Engenheiro Gerente	Mês
Medico do Trabalho	Mês
Engenheiro Produção	Mês
Engenheiro Controle	Mês
Engenheira da Qualidade	Mês
Assistente Técnico	Mês
Engenheiro Eletricista	Mês
Engenheiro de Instalações	Mês
Técnico de Instalações	Mês



Engenheiro de Segurança	Mês
Técnico em edificações	Mês
Estagiário	Mês
Encarregado geral	Mês
Encarregado de carpintaria	Mês
Encarregado de pedreiro	Mês
Encarregado de armador	Mês
Encarregado de instalações (elétrico + hidráulico)	Mês
Cabo de turma/Encarregado de frentes (3 x 28 meses)	Mês
Técnico de segurança	Mês
Gerente administrativo financeiro	Mês
Chefe de escritório	Mês
Auxiliar de escritório	Mês
Apontador	Mês
Apontador de campo	Mês
Almoxarife	Mês
Auxiliar de almoxarife	Mês
Ferramenteiro	Mês
Eletricista/Mecânico/Soldador	Mês
Copeira/limpeza	Mês
Vigilância Armada	Mês
Motorista	Mês
Laboratorista	Mês
Menor Aprendiz	Mês
GUINCHEIRO	Mês
Vigia	Mês
Engenheiro Ambiental	Mês
Técnico Ambiental	Mês
Engenheiro Químico	Mês
Técnico em Saneamento	Mês
Químico	Mês

Além disso, também se verificou uma incompatibilidade entre os custos com Administração Local, orçados pela Prefeitura de Santana do Ipanema e as diretrizes estabelecidas pelo **acordo nº 2622/2013 do TCU**.

O referido acordo tem por objetivo garantir que os recursos do governo federal sejam bem gastos e que as obras públicas não sejam feitas com orçamentos incompatíveis com os preços de mercado.

Assim, o acórdão contempla um estudo técnico que resultou na construção de composições referenciais para itens orçamentários **associados à administração local**, com vistas a estabelecer parâmetros de mercado para subsidiar a elaboração e a análise dos orçamentos de obras públicas, em consonância com os dispositivos legais previstos no Decreto n. 7.983/2013, em especial no art. 17.

Nos termos dessa orientação, o TCU estabeleceu que para a verificação da adequabilidade das planilhas orçamentárias das obras públicas, fossem utilizados como referência os seguintes percentuais para os custos com a administração local:

9.2.2. na verificação da adequabilidade das planilhas orçamentárias das obras públicas, utilizar como referência do impacto esperado para os itens associados à administração local no valor total do orçamento, os seguintes valores percentuais obtidos no estudo de que tratam estes autos:

Percentual de Administração Local inserido no Custo Direto	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	3,49%	6,23%	8,87%

Conforme orientação do TCU, estima-se um custo mínimo (1º quartil) com a administração local de **3,49%** para as obras de construção de edifícios, em percentual bem acima aos 1,38% utilizados pela PM de Santana do Ipanema em sua planilha orçamentaria.

In casu, considerando as diretrizes estabelecidas pelo TCU, o edital deveria ter orçado a administração local em aproximadamente R\$ 746.885,62 (setecentos e quarenta e seis mil oitocentos e oitenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), contudo, verifica-se um orçamento subdimensionado de R\$ 296.968,56 (duzentos e noventa e seis mil novecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), o que representa uma diferença de R\$ 449.917,06.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA OBRA - R\$ 21.400.734,24	
ADMINISTRAÇÃO LOCAL de acordo com o acordo nº 2622/2013 do TCU	R\$ 746.885,68
% da Administração local de acordo com o acordo nº 2622/2013 do TCU	3,49%
ADMINISTRAÇÃO LOCAL orçada no edital	R\$ 296.968,56
% da Administração local previsto no edital	1,38%

Por isso, deve a Comissão alterar a planilha orçamentária corrigindo o valor destinado à administração local para adequá-la ao percentual firmado no referido acordo de 3,49%, conforme apresentado acima.

É imprescindível destacar que os orçamentos, principalmente de obras públicas federais, devem ser elaborados com estrita

De acordo com o art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, os preços da proposta vencedora deverão estar de acordo com aqueles praticados pelo mercado. Desse modo, antes da realização de qualquer procedimento licitatório cabe ao gestor público realizar pesquisa de mercado com a finalidade de elaborar orçamento, o qual será utilizado para se definir a modalidade de licitação, bem como proceder à necessária adequação orçamentária da despesa.

Muito embora não exista um prazo ou período máximo que esteja positivado na Lei de Licitações e Contratos limitando a defasagem temporal entre a data de elaboração do orçamento estimativo da contratação e a data de divulgação da licitação ou de abertura das propostas, esse assunto é tratado em diversos julgados do TCU que estabelecem o **interregno de seis meses entre a elaboração do orçamento e a abertura do certame para a licitação de obras públicas**.

A exemplo do Acórdão 3.516/2007-1ª Câmara, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, e do Acórdão 1.462/2010-Plenário, o qual apreciou situação semelhante à ora tratada. Na ocasião, o Ministro Marcos Bemquerer Costa fez as seguintes ponderações:

“15. No que tange à utilização de pesquisa de preços com **defasagem de sete meses**, concordo com a 3ª Secex **que a falha ficou evidenciada**. Como descrito no Relatório precedente, diversamente do que foi afirmado pelo Chefe da AETI, o valor de referência usado no certame não foi o menor dentre os ofertados, mas sim a média das três propostas juntadas aos autos.

16. Como é cediço, o mercado de Tecnologia e Informação é extremamente dinâmico e os preços dos produtos de informática, aí incluído o de softwares, tendem a cair com o passar do tempo, em função da acelerada substituição de tecnologias por outras de mais baixo custo.

17. **Com efeito, é oportuno determinar ao órgão que, doravante, abstenha-se de utilizar pesquisa de preços defasadas em suas licitações**, de modo a que o orçamento estimativo reflita, de fato, os preços praticados no mercado à época do certame”.

No mesmo sentido, o **TC 029.253/2016-0 TCU**, abordou o tema, estabelecendo aceitável o período de **06 (seis meses)** entre a

elaboração do orçamento e a abertura do certame. Vejamos:

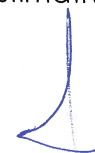
Considerando que o interregno de seis meses entre a elaboração do orçamento e a abertura do certame seja aceitável para a licitação de obras públicas, cabe perquirir quais os procedimentos seriam exigíveis quando tal prazo fosse ultrapassado e a estimativa de custos se tornasse desatualizada. Obviamente, o procedimento desejável seria realizar a atualização do orçamento estimativo com base nos últimos relatórios do Sinapi disponíveis e proceder a nova cotação com fornecedores e/ou prestadores de serviços, nos casos em que os serviços/insumos a serem orçados não fossem abrangidos pela referida tabela de custos. Outras fontes referenciais de preços, como publicações técnicas especializadas, contratações realizadas por outros entes públicos, sistemas referenciais de custos mantidos pelas esferas estadual e municipal também poderiam ser consultadas no processo de atualização do orçamento, conforme previsão constante do art. 6º do Decreto 7.983/2013.

Contudo, o mesmo Acórdão reconheceu que tal procedimento pode ser bastante árduo e trabalhoso, notadamente em obras de grande vulto e complexidade como o caso ora avaliado, cuja planilha orçamentária é composta por centenas de serviços distintos e por isso, para evitar problemas advindos da falta de atualização do orçamento e o ônus de realizar nova pesquisa de mercado, **deve o gestor público adotar como marco inicial para efeito de reajustamento contratual a data-base de elaboração da planilha orçamentária.**

TCU:

Observe essa passagem do Acórdão 029.253/2016-0

22. Sopesando os problemas advindos da falta de atualização do orçamento e o ônus de realizar nova pesquisa de mercado, parece-me adequada uma terceira opção, aventada pela peça inicial da empresa representante, pois o problema seria parcialmente mitigado caso a data-base para efeitos de reajustamento contratual fosse referenciada à data de elaboração do orçamento estimativo da



contratação, e não à data da entrega da proposta – critério utilizado no edital do MPOG.

23. Enfatizo que não há nenhuma ilegalidade no critério de reajuste previsto na Concorrência nº 2/2015, que se encontra integralmente aderente ao disposto nas Leis 8.666/1993 e 10.192/2001:

“Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

(...)

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;”

“Art. 3º Os contratos em que seja parte órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, serão reajustados ou corrigidos monetariamente de acordo com as disposições desta Lei, e, no que com ela não conflitarem, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º A periodicidade anual nos contratos de que trata o caput deste artigo será contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir”.

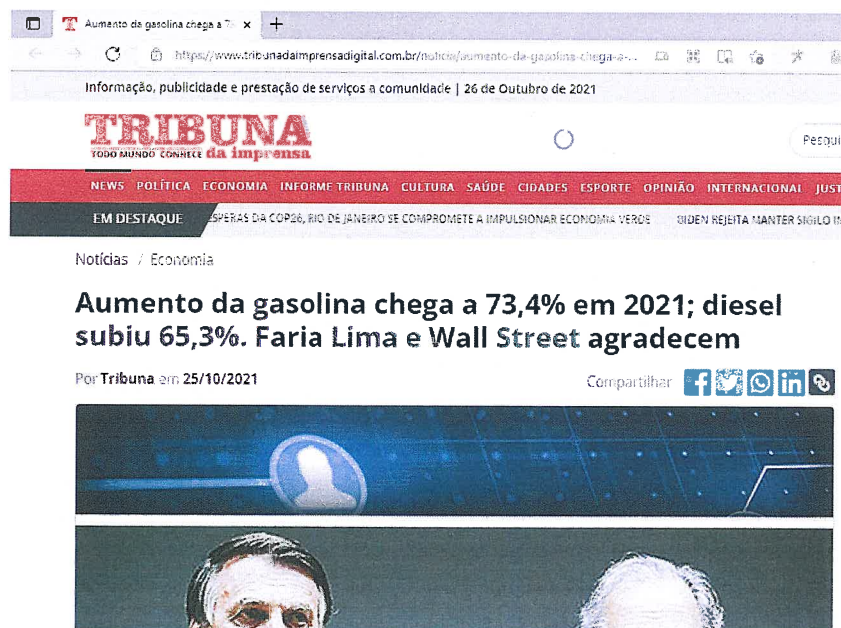
24. Como se vê, o gestor público pode adotar discricionariamente dois marcos iniciais distintos para efeito de reajustamento dos contratos: (i) a data limite para apresentação da proposta; e **(ii) a data do orçamento. Ocorre que o segundo critério se mostra mais robusto, pois reduz os problemas advindos de orçamentos desatualizados em virtude do transcurso de vários meses entre a data-base da estimativa de custos e a data de abertura das propostas.**

25. Por esse motivo, entendo pertinente recomendar ao MPOG que, em futuras licitações de obras públicas, quando se demonstrar

demasiadamente complexa a atualização da estimativa orçamentária da contratação, adote como marco inicial para efeito de reajustamento contratual a data-base de elaboração da planilha orçamentária.

(destacamos)

Ainda, corroborando com as alegações apresentadas dos preços defasados, podemos citar que nesse período de nove meses ocorreram sucessivos aumentos do óleo diesel, que subiu 65%, situação que obviamente deve ser considerada no orçamento da presente licitação, uma vez que a obra envolve muito equipamento e frete dos materiais, acarretando grande impacto no orçamento.



Fonte: Aumento da gasolina chega a 73,4% em 2021; diesel subiu 65,3%. Faria Lima e Wall Street agradecem - Tribuna da Imprensa (tribunadaimpensadigital.com.br).

Além disso, já em janeiro/22 o salário mínimo saltou de R\$ 1.100,00 para R\$ 1.212,00, ou seja, um aumento de **R\$ 112,00** de um ano para o outro, fato que também impactará sobremaneira no orçamento da obra.

Não é excesso lembrar que com a chegada da COVID 19 houve a suspensão dos trabalhos nas fábricas e, também, a paralisação de obras, fato que desestabilizou o mercado de insumos de materiais principalmente da construção civil e que ainda vem afetado o mercado, com o aumento desses materiais.

Portanto, já inicialmente conclui-se que é indispensável o equilíbrio econômico-financeiro do contrato a ser celebrado em decorrência da presente licitação, fazendo-se necessária, antes mesmo da realização da licitação, a aplicabilidade do disposto na letra "d", do artigo 65, da Lei 8.666/93, que prevê a possibilidade de alteração contratual para o restabelecimento do referido equilíbrio objetivando a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento.

Se tal norma legal cria a possibilidade de alteração contratual para a manutenção do mencionando equilíbrio econômico-financeiro, mais ainda se justifica e se faz indispensável a revisão dos preços constantes do Orçamento do Edital, com nova data-base, uma vez que, previamente à realização da licitação, já se comprova serem eles inexequíveis, com preços defasados, **ou, considerando o disposto no acordo 029.253/2016-0, do TCU, que o gestor público adote a data do orçamento como marco inicial para efeito de reajustamento dos contratos:**

Pois, caso esta situação se mantenha, haverá os seguintes riscos: a eventual licitante que se sagrar vencedora com os preços máximos previstos na planilha orçamentária do Edital, não conseguirá executar a obra em apreço, eis que os valores estão defasados. De outro lado, a licitante que efetivamente se basear no preço de mercado será indevidamente alijada do certame por oferecer preços acima da estimativa do Edital.

Ante o exposto, resulta insofismável a necessário reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, com atualização do orçamento para preços praticados no mercado e conseqüentemente, modificação da data-base do orçamento **ou que seja considerada a data do orçamento como marco inicial do reajuste contratual, em respeito ao já estabelecido no acordo 029.253/2016 do TCU.**

V. DOS PEDIDOS

Diante da totalidade da argumentação acima exposta, respeitados os princípios legais, com supedâneo no entendimento jurisprudencial de que a Administração deve rever seus próprios atos eivados de vício ou ilegalidade, respeitosamente, requer a Impugnante que esta Douta Comissão de Licitação receba e conheça a presente impugnação, procedendo com a análise dos argumentos aduzidos, e, ao fim, julgá-la **TOTALMENTE PROCEDENTE.**



Consequentemente, após as devidas correções no instrumento convocatório, requer sua republicação, devolvendo-se o prazo legal mínimo de publicidade.

Se, porém, por absurda e inesperada hipótese, assim não ocorrer, postula pela anulação do procedimento, ainda em sede administrativa, por constatação de vício insanável, como medida de direito.

Requer, ainda, que na hipótese de a Comissão não reconsiderar sua respeitável decisão, seja o presente submetido à autoridade superior para a competente avaliação e provimento.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Aracaju, 26 de abril de 2022.

CONSTRUTORA CELI LTDA.

Alexandre Silveira Carvalho
Engenheiro Civil
CREA nº 2709209119

CONSTRUTORA CELI LTDA.

Solange Cristina Pereira Silva
Chefe do Deptº de Licitações
RG nº 470.107.55P/SE



Cartório do 2º Ofício

2º OFÍCIO - REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS E DISTRIBUIDOR DE TÍTULOS EM GERAL

Tabelião/Oficial: Maria Dolores Oliva Simões da Fonseca

Tabelião/Substituta: Jussara Oliva Fonseca Mendes

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

TABELIONATO, REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E
DISTRIBUIDOR DE TÍTULOS

Trav. Benjamin Constant, nº 68 - Bairro Centro - Aracaju - Sergipe - CEP: 49010-100

Tel. (079) 3214-1326 / E-mail: extra.2aracaju@tjse.jus.br

TABELIÃ INTERINA

LICIA GAMA DE OLIVEIRA MATIAS



PRIMEIRO TRASLADO

Livro nº 739

Folha nº 148

Selo 202129523048049

Site

www.tjse.jus.br/x/H9673H

Selo Digital de Fiscalização
Tribunal de Justiça de Sergipe

Selo: 202129523048049

Data: 22/12/2021 11:09:55

Consulte autenticidade em
www.tjse.jus.br/x/H9673H



PROCURAÇÃO QUE FAZ CONSTRUTORA CELI LTDA. PROTOCOLADO SOB O
nº 19534 NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este público instrumento de Procuração bastante virem que em 22 de dezembro de 2021, nesta cidade de Aracaju, Capital do Estado de Sergipe, em meu Cartório, na Trav. Benjamin Constant, nº 68 - Centro, perante mim Interina, compareceu como **Outorgante(s): CONSTRUTORA CELI LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.031.257/0001-52, com sede estabelecida na Avenida General Calazans, nº 862, bairro Industrial, em Aracaju/SE, registrada na Junta Comercial do Estado Sergipe - JUCESE sob NIRE nº 2820000975-7; representada neste ato conforme contrato social, por seu Presidente **Sr. LUCIANO FRANCO BARRETO**, brasileiro, maior, capaz, casado, engenheiro civil, inscrito no CREA sob nº 1.976/D, portador da CI/RG de nº 85.906-SSP/SE e do CPF/MF sob o nº 002.547.545-20, filho de Paulo Figueiredo Barreto e Cleonice Franco Barreto, com endereço profissional na Avenida General Calazans, nº 862, bairro Industrial, em Aracaju/SE, CEP 49065-420, endereço eletrônico: relacionamento@celi.com.br, ora de estada nestas notas de livre escolha, na forma da legislação em vigor; reconhecido(a,s) como o(a,s) próprio(a,s) por mim, de cuja identidade e capacidade jurídica dou fé. E, perante mim disseram que por este público instrumento, nomeia e constitui seu(a) bastante procurador(a), o(a) **Outorgado(a,s): Sra. SOLANGE CRISTINA PEREIRA SILVA**, brasileira, maior, solteira, capaz, chefe de departamento de licitações, portadora do RG nº 470.107 SSP/SE e inscrita no CPF/MF sob o nº 149.398.005-04, **e/ou Sr. HOLON CELERINO DA FONSECA FILHO**, brasileiro, maior, casado, capaz, engenheiro civil, portador da identidade profissional nº 9.125-D/PE CREA, do RG nº 1166267 SSP/PE e inscrito no CPF/MF sob o nº 129.120.184-04, **e/ou Sr. FABIO LUÍS RIBEIRO BARRETO**, brasileiro, maior, casado, capaz, engenheiro civil, portador da identidade profissional nº 7.512-D CREA/SE, do RG nº 592.605 SSP/SE e inscrito no CPF/MF sob o nº 693.675.315-91, **e/ou Sra. ALINE FEITOSA BARROS**, brasileira, maior, solteira, capaz, advogada, portadora da Identidade Profissional nº 6050 OAB/SE e inscrita no

Carla Matias

CPF/MF sob o nº 023.903.865-71, e/ou Sr. **ALEXANDRE SILVEIRA CARVALHO**, brasileiro, maior, casado, capaz, engenheiro civil, portador da identidade profissional nº 2705209115 CREA, do RG nº 843.994 SSP/SE e inscrito no CPF/MF sob o nº 533.344.265-72, e/ou Sr. **MARCUS DAVID DA COSTA ANDRADE**, brasileiro, maior, casado, capaz, engenheiro civil, portador da identidade profissional nº 2700607880 CREA, RG nº 911.096 SSP/SE e inscrito no CPF/MF sob o nº 724.618.455-49, e/ou Sra. **JULIANA VIEIRA SANTOS FONTES**, brasileira, maior, capaz, casada, engenheira civil, portadora da CI/RG de nº 30373999-SSP/SE e do CPF/MF sob o nº 823.523.995-72, email: julianavieira@celi.com.br, todos com endereço profissional na avenida General Calazans, nº 862, bairro Industrial, nesta cidade de Aracaju/SE, a quem ela, ora outorgante, lhes **CONCEDE** os poderes específicos para o fim especial de representar a **CONSTRUTORA CELI LTDA**, perante as Repartições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, Empresas de Economia Mista, Empresas Privadas, Fundações e Autarquias, para assinar, para assinar, **sempre em conjunto de dois com Alexandre Silveira Carvalho, e/ou Solange Cristina Pereira Silva e/ou com Holon Celerino da Fonseca Filho**, documentos de Habilitação, Propostas Técnicas, Proposta de Preços, correspondências em geral, requerimentos, podendo ainda, assinar impugnações, recursos dos atos administrativos, Mandados de Segurança; e enfim, praticar todos os demais atos necessários para o cabal e fiel desempenho deste mandato; não podendo contudo, usar os poderes ora outorgados em benefício próprio, nem substabelecer no todo ou em parte, que tudo dará por bom, firme e valioso. O presente instrumento tem **validade até 31 de janeiro de 2023**. **Certifico que a qualificação das partes e o teor dos poderes do presente mandato foram declarados pela outorgante, a qual se responsabiliza civil e criminalmente por sua veracidade, devendo a prova destas ser exigida por quem interessar.** "Dispensadas as testemunhas pela legislação vigente". Assim o disse(am) do que dou fé. Feita, lida e achada conforme, aceita(m), outorga(m) e assina(m). Eu, *Lúcia Gama de Oliveira Matias*, LÍCIA GAMA DE OLIVEIRA MATIAS, INTERINA a escrevi, subscrevo, assino e dou fé. Custas no valor de R\$ 61,69, mais R\$ 12,34 para o FERD, N° de Guia 146210010010 e Selo de R\$ 0,00. **VALIDO SOMENTE COM O SELO DE FISCALIZAÇÃO.**

Em test.º *L* da verdade.

Lúcia Gama de Oliveira Matias

LÍCIA GAMA DE OLIVEIRA MATIAS
INTERINA

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
Lúcia Gama de Oliveira Matias
Interina

INSTRUMENTO PARTICULAR DE 141ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
DA SOCIEDADE LIMITADA DENOMINADA
CONSTRUTORA CELI LTDA.

NIRE 28.200.009.757
CNPJ/MF nº 13.031.257/0001-52

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as **PARTES** abaixo qualificadas:

I) LUCIANO FRANCO BARRETO, brasileiro, engenheiro civil, casado com comunhão universal de bens, portador da Cédula de Identidade RG nº 85.906 SSP/SE, inscrito no CPF/MF sob o nº 002.547.545-20, residente e domiciliado na Avenida Oviedo Teixeira, nº 230, apartamento 1.201, Bairro Jardins, Município de Aracaju, Estado de Sergipe, CEP 49026-100 ("**LUCIANO**");

II) MJP PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade com sede na Avenida General Calazans, 862, Bairro Industrial, sala 06, Município de Aracaju, Estado do Sergipe, CEP 49.065-420, inscrita no CNPJ sob nº 35.630.701/0001-99 e registrada na Junta Comercial do Estado de Sergipe sob o NIRE 28200693437, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, por seu sócio administrador, **ALDA CECÍLIA TEIXEIRA BARRETO**, brasileira, divorciada, advogada, portadora da CI/RG de nº. 627.028/SSP-SE e do CPF/MF sob nº. 407.120.285-87, residente e domiciliada na Av. Governador Paulo Barreto de Menezes, nº. 1820, Apto. 1202, Di Cavalcanti, Bairro Jardins, CEP: 49025-040, em Aracaju, Estado de Sergipe; e

III) LEGACY PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade com sede na Avenida General Calazans, 862, Bairro Industrial, sala 05, Município de Aracaju, Estado do Sergipe, CEP 49.065-420, inscrita no CNPJ sob nº 35.830.775/0001-79 e registrada na Junta Comercial do Estado de Sergipe sob o NIRE 28200694981, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, por seu sócio administrador, **ANA CECÍLIA TEIXEIRA BARRETO DE OLIVEIRA**, brasileira, empresária, casada sob o regime de separação total de bens, portadora da Cédula de Identidade RG nº 626.250 SSP/SE, inscrita no CPF/MF sob o nº 516.764.005-91, residente e domiciliada na

Avenida Oviedo Teixeira, nº 230, apartamento 1.301, Bairro Jardins, Município de Aracaju, Estado de Sergipe, CEP 49026-100.

Sócios representantes da totalidade do capital social da sociedade limitada denominada **CONSTRUTORA CELI LTDA.**, sediada na Avenida General Calazans, nº 862, prédio, Bairro Industrial, Município de Aracaju, Estado do Sergipe, CEP 49065-420, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.031.257-0001-52 e com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado do Sergipe, sob o NIRE 28.200.009.757.

Têm entre si, justa e contratada, a presente alteração contratual, nos termos e condições a seguir descritos:

I - Alterar a Cláusula II

- a) Mudar nome e endereço da Filial Aracaju da avenida Prefeito Heráclito Rollemberg, 4340 – Bairro Inácio Barbosa, CEP 49.040-850, nesta Capital para Filial Terplan na avenida NJ, s/n qd. 01 lote 04, Distrito Industrial de Socorro, CEP 49.160-000, Nossa Senhora do Socorro/SE.

II - Alterar a CLÁUSULA IV

- a) Neste ato, os sócios decidem aumentar o capital social em **R\$ 9.688.889,00** (nove milhões, seiscientos e oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e nove reais), passando dos atuais de **R\$ 587.931.770,00** (quinhentos e oitenta e sete milhões, novecentos e trinta e um mil, setecentos e setenta reais), para **R\$ 597.620.659,00** (quinhentos e noventa e sete milhões, seiscientos e vinte mil, seiscientos e cinquenta e nove reais), divididos em **597.620.659** (quinhentas e noventa e sete milhões, seiscentas e vinte mil e seiscentas e cinquenta e nove) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

- 1)** Por fim, os sócios resolvem, de comum e pleno acordo, alterar e consolidar o Contrato Social da sociedade, passando este a ter a seguinte redação:

<p style="text-align: center;">CONTRATO SOCIAL DA CONSTRUTORA CELI LTDA.</p>

CLÁUSULA I – A Sociedade continua girando sob a denominação de **CONSTRUTORA CELI LTDA.**, e o prazo de duração será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA II – A Empresa tem sua Sede Social na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, na Av. General Calazans, nº. 862, prédio, Bairro Industrial, e mantém filiais nos seguintes endereços:

a) Rua Ribeiro Brito, 830, Edifício Centro Empresarial Iberbras, salas 1601 e 1602, Bairro de Boa Viagem, CEP 51.021-310 – Recife/PE – C.N.P.J nº. 13.031.257/0005-86.

b) Av. Brigadeiro Faria Lima, 3144 3º Andar – Jardim Paulistano – CEP 01.451-000 – São Paulo/SP – C.N.P.J nº. 13.031.257/0011-24.

c) Av. Agamenon Magalhães, nº. 444, sala 707, 12º andar – Empresarial Difusora – Bairro Mauricio de Nassau – CEP 55.012-290 – Caruaru/PE – C.N.P.J. 13.031.257/0038-44.

d) Avenida NJ, S/N – qd. 01 lote 04 – Distrito Industrial de Socorro, CEP 49.160-000, Nossa Senhora do Socorro/SE – C.N.P.J. 13.031.257/0041-40; (As atividades de construção de obras de infraestrutura para execução de plantas industriais; e fabricação de outros produtos de minerais não metálico passa a ser desenvolvidas exclusivamente pela mesma).

e) Rua Costa Pinto nr. 10, loja 40 – Bairro Centro – CEP 42.800-049 – Camaçari/BA.

Parágrafo único: as atividades serão desenvolvidas em locais de terceiros (escritório virtual).

E poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais ou outras dependências, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA III – A sociedade tem por objetivo: Edificações (residenciais, industriais, comerciais e de serviços); administração de obras; demolição de edifícios e outras estruturas; preparação de terrenos; fundações destinadas à construção civil; sondagens destinadas à construção civil; terraplanagens e outras movimentações de terra; obras viárias (rodovias, vias férreas e aeroportos); pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos; obras de urbanização e paisagismo; obras de artes especiais; montagem de estruturas metálicas, exceto temporárias; montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias; obras de montagem industrial; obras marítimas e fluviais; obras de irrigação; construção de redes de água e esgoto; construção de redes de transportes por dutos; perfuração e construção de poços de água; outras obras de engenharia civil onde compreende: obras de atirantamentos e cortinas de proteção de encostas; Construção de obras de infraestrutura para execução de plantas industriais; construção de barragens e

represas para geração de energia elétrica; construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica; manutenção de redes de distribuição de energia elétrica; construção de estações e redes de telefonia e comunicação; manutenção de estações e redes de telefonia e comunicações; instalação e manutenção elétrica em edificações; instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes, exceto fabricação própria; instalação e manutenção de sistemas centrais de ar-condicionais, de ventilação e refrigeração; instalações hidráulicas, sanitárias e de gás; instalações de sistema de prevenção contra incêndio; montagem e instalação de sistema e equipamentos de iluminação em vias públicas, portos e aeroportos; tratamento acústicos e térmico; instalações de anúncios; outras obras de instalação onde compreende: instalação de revestimento de tubulações, rebaixamento de teto; obras de alvenaria e reboco; obras de acabamento em gesso e estuque; impermeabilização em obras de engenharia civil; serviços de pintura em edificações em geral; instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material, inclusive esquadrias; serviços de revestimento e aplicação de resinas em interiores e exteriores; outras obras de acabamento da construção onde compreende: colocação de vidros, cristais e espelhos; instalação de piscinas pré-fabricadas, quando não realizada pelo fabricante; instalações de toldos e persianas; serviços de limpeza de fachadas, com jateamento de areia e semelhantes; retirada de entulhos após o termino das obras; serviços de conexão a redes de telecomunicações públicas; Incorporação de empreendimentos imobiliários, e compra e venda de imóveis; serviços técnicos de engenharia; serviços técnicos de cartografia, topografia e geodesia; serviços de desenho especializado e elaboração de projetos de segurança do trabalho, fabricação de outros produtos de minerais não metálico, Serviços de arquitetura, Intermediação na compra, venda e aluguel de imóveis, Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis e Corretagem no aluguel de imóveis além de outros que no futuro venham a interessar a sociedade.

Parágrafo único:

- As atividades de construção de obras de infraestrutura para execução de plantas industriais; e fabricação de outros produtos de minerais não metálico passa a ser desenvolvidas exclusivamente pela mesma (Filial Terplan na Avenida NJ, S/N – qd. 01 lote 04 – Distrito Industrial de Socorro, CEP 49.160-000, Nossa Senhora do Socorro/SE – C.N.P.J. 13.031.257/0041-40);
- As atividades de Incorporação de empreendimentos imobiliários e compra e venda de imóveis, construção de edifícios, Serviços de arquitetura, Intermediação na compra, venda e aluguel de imóveis, Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis e Corretagem no aluguel de imóveis serão executadas na Matriz;

- Demais atividades serão executadas em canteiros de obras.

CLÁUSULA IV – O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de **R\$ 597.620.659,00** (quinhentos e noventa e sete milhões, seiscentos e vinte mil, seiscentos e cinquenta e nove reais), divididos em **597.620.659** (quinhentas e noventa e sete milhões, seiscentas e vinte mil e seiscentas e cinquenta e nove) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, estando distribuídas entre os sócios na seguinte proporção:

Sócios	Quotas	Quotas Classe A	Quotas Gravadas Usufruto	Nº Quotas Total	Valor (R\$)
LUCIANO FRANCO BARRETO	59.612.147	-	-	59.612.147	59.612.147,00
MJP PART.LTDA.	270.345	337.392	268.396.519	269.004.256	269.004.256,00
LEGACY PART.LTDA.	270.345	337.392	268.396.519	269.004.256	269.004.256,00
TOTAL	60.152.837	674.784	536.793.038	597.620.659	597.620.659,00

Parágrafo primeiro: A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02).

Parágrafo segundo: No caso de aumento do capital social, os sócios terão direito de preferência na subscrição das novas quotas, na proporção das respectivas participações por eles detidas na sociedade.

Parágrafo terceiro: As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e cada uma terá direito a um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo quarto: É vedado aos sócios, a qualquer título, total ou parcialmente, penhorar as quotas do capital social, caucioná-las, onerá-las ou empenhá-las.

Parágrafo quinto: Será expressamente admitida a instituição de usufruto sobre as quotas representativas do capital social.

Parágrafo sexto: O total de **536.793.038** (quinhentas e trinta e seis milhões, setecentas e noventa e três mil e trinta e oito) quotas desta Sociedade, de propriedade das sócias **MJP PARTICIPAÇÕES LTDA.** e **LEGACY PARTICIPAÇÕES LTDA.**, estão gravadas com usufruto vitalício de voto, dividendo e juros sobre o capital próprio em favor do sócio **LUCIANO FRANCO BARRETO**, qualificado no preâmbulo, e sua cônjuge **MARIA CELI TEIXEIRA BARRETO**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 267.253.715-15, residente e domiciliada na Avenida Oviedo Teixeira, nº 230, apartamento 1.201, Bairro Jardins, Município de Aracaju, Estado de Sergipe, CEP 49026-100.

Parágrafo sétimo: O gravame de usufruto vitalício acima referido é extensível a todas as quotas atualmente subscritas e integralizadas, bem como a todas aquelas que, eventualmente, no futuro, venham a ser subscritas, ou as sub-rogadas em seu lugar, a qualquer título ou sob qualquer condição.

Parágrafo oitavo: O total de **538.008.512** (quinhentas e trinta e oito milhões, e oito mil, quinhentas e doze) quotas desta Sociedade, de propriedade dos sócios **MJP PARTICIPAÇÕES LTDA.** e **LEGACY PARTICIPAÇÕES LTDA.** estão gravadas com incomunicabilidade e impenhorabilidade, nos termos artigos 1.659, inciso I e 1.848, respectivamente, todos do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02).

Parágrafo nono: As sócias **MJP PARTICIPAÇÕES LTDA.** e **LEGACY PARTICIPAÇÕES LTDA.**, detentores das quotas da Classe A, possuem o direito de, independentemente da sua participação societária na Sociedade, receber os dividendos distribuídos de forma desproporcional.

CLÁUSULA V – O uso da razão social é feito pelo sócio individualmente, mas nenhum deles poderá fazer uso dela senão para negócios ou necessidade da Sociedade. Fica expressamente proibido a qualquer dos sócios e/ou diretores o uso da razão social ou avais, endossos, fianças ou quaisquer outros títulos de benemerência em favor próprio ou de terceiros, alheios aos interesses da sociedade, ficando nulo de pleno direito, qualquer ato que importe na infração da presente cláusula, e sujeito, o infrator, às penalidades legais. Fica permitido dar bens em garantia, ou seja, prestar garantias reais, bem como garantias fidejussórias para as firmas **MARIA CELI**

TEIXEIRA BARRETO EIRELI, C.N.P.J. sob nº 15.601.685/0001-07; **CELI EMPRENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA.**, C.N.P.J. sob nº 05.126.381/0001-73; e **CELI PATRIMONIAL LTDA.**, C.N.P.J. sob nº 27.772.758/0001-02.

CLÁUSULA VI – A administração da sociedade cabe a **LUCIANO FRANCO BARRETO** com os poderes e atribuições de Sócio Administrador, autorizado o uso do nome empresarial e todos os demais atos de administração e gestão da sociedade, vedado aos sócios minoritários e aos diretores, em atividades estranhas ao interesse social, assumir obrigações, seja em favor de qualquer dos quotistas, dos diretores ou de terceiros, bem como, em qualquer caso, onerar, prometer à venda, vender, dispor e/ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização expressa do Sócio Administrador. Ao Diretor empregado **HOLON CELERINO DA FONSECA FILHO**, engenheiro civil, brasileiro, maior, capaz, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, portador do CREA nº 9.125-D, RG nº 1.166.267 SSP/PE e CPF 129.120.184-04, residente e domiciliado na Av. Deputado Silvio Teixeira, nº. 651, Apto. 1101, Edif. Horto das Figueiras, Bairro Jardins, CEP 49.025-100, nesta Capital que doravante passará a ostentar a denominação de **DIRETOR OPERACIONAL** é atribuído o poder de representação da **CONSTRUTORA CELI LTDA.** perante as Repartições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, Empresa de Economia Mista, Empresas Privadas, Fundações e Autarquias, para assinar propostas técnicas, proposta de preços, documentos de habilitação, correspondências em geral, requerimentos, podendo ainda, assinar recursos dos atos administrativos, representar em todas as fases do processo licitatório, das concorrências Nacionais ou Internacionais, tomadas de preços e cartas convites, assinar contratos com pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado, assinar termos de constituição de consórcio, enfim assinar livros de atas, prestar esclarecimentos, tomar deliberações, impugnar e apresentar defesa, recorrer ou desistir do recurso administrativo, efetuar e receber cauções, realizar compra de Editais de qualquer modalidade, efetuar visitas em locais de obra e **LUCIANO FRANCO BARRETO NETO**, brasileiro, natural de Aracaju, Estado de Sergipe, separado de fato, engenheiro civil, portador do CPF/MF 021.432.545-80 e identidade nº 3.228.388-1 SSP/SE, nascido em 15 de março de 1995, residente e domiciliado na Av. Oviedo Teixeira, nº.230 , Apto. 202, Bairro Jardins, CEP: 49026-100, nesta Capital sócio minoritário que passará a ostentar a denominação de **DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO** é atribuído os poderes necessários para representar a **CONSTRUTORA CELI** perante as repartições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, Empresas de Economia Mista, Empresas Privadas, Fundações e Autarquias, Cartórios de Protesto de Títulos e

Conselhos Profissionais, bem como, perante a Caixa Econômica Federal e demais instituições bancárias; podendo, para tanto, assinar, requerer, juntar, retificar e ratificar documentos em geral, abrir conta bancária, abrir conta em consignação, prestar esclarecimentos, efetuar pagamentos de taxas, receber e dar quitação, requerer e solicitar Certidões de quaisquer espécies; e, enfim, praticar todos os demais atos necessários para o cabal e fiel desempenho deste mandato; não podendo contudo, usar os poderes ora outorgados em benefício próprio, poderá também assinar propostas técnicas, proposta de preços, documentos de habilitação, correspondências em geral, requerimentos, podendo ainda, assinar recursos dos atos administrativos, representar em todas as fases do processo licitatório, das concorrências Nacionais ou Internacionais, tomadas de preços e cartas convites, assinar contratos com pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado, assinar termos de constituição de consórcio, enfim assinar livros de atas, prestar esclarecimentos, tomar deliberações, impugnar e apresentar defesa, recorrer ou desistir do recurso administrativo, efetuar e receber cauções, realizar compra de Editais de qualquer modalidade, efetuar visitas em locais de obras, além de junto a qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo receber citações e intimações, funcionando na qualidade de seu mandatário, pode ainda nomear preposto para representar a outorgante na Justiça do Trabalho ou no foro Cível em que esta for parte, fazer acordos, contratar advogados, outorgando-lhes procuração com poderes "ad judicium et ad extra", fazer acordos, acompanhar inquéritos Policiais, confessar, desistir, receber e dar quitação, advertir, suspender e demitir empregados, alienar bem móveis e imóveis da empresa, com as limitações previstas neste contrato social aos diretores e sócios minoritários.

CLÁUSULA VII – Os sócios determinarão entre si a quantia da retirada mensal a título de pró-labore, a qual será levada à conta de Despesas Gerais, dentro do limite do imposto de Renda.

CLÁUSULA VIII – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro será procedida a elaboração do **Inventário do Balanço Patrimonial** e do **Balanço de Resultado Econômico**, cabendo aos Sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados e, nos quatro meses seguintes ao término do Exercício Social, os Sócios deliberarão sobre as contas e a destinação do lucro.

Parágrafo primeiro: Em qualquer mês do Exercício Social, serão procedidos os cálculos dos Juros Sobre Capital Próprio com base no Patrimônio Líquido e sua respectiva disponibilização aos Sócios, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo segundo: A Empresa poderá distribuir lucros mensalmente usando as reservas de Lucros Acumulados já tributados, e, no caso de não as terem, procederá com a apuração contábil mensal de lucros.

Parágrafo terceiro: As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, tornando-se dispensáveis quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas.

Parágrafo quarto: Os sócios poderão deliberar sobre a distribuição antecipada de lucros à conta do lucro líquido apurado no período, podendo ainda, a qualquer tempo, pagar dividendos de forma desbalanceada desde que haja aprovação unânime dos sócios.

CLÁUSULA IX – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação ao seu sócio.

CLÁUSULA X – As dúvidas ou divergências que porventura venham a ocorrer entre os sócios, bem como as dificuldades de interpretação desse ato, serão resolvidas na forma da legislação em vigor. Nos casos omissos, a Sociedade adotará a regência Supletiva das normas da Sociedade Anônima.

CLÁUSULA XI – Fica eleito o Foro do presente pacto, o da Comarca de Aracaju.

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO.

O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de

prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 01 (uma) via de igual teor e forma para que produza os seus jurídicos e regulares efeitos, na presença de duas testemunhas que a tudo assistiram.

Aracaju/SE, 20 de julho de 2021.

LUCIANO FRANCO BARRETO
(sócio administrador)

LUCIANO FRANCO BARRETO NETO
(administrador não sócio)

HOLON CELERINO DA FONSECA FILHO
(administrador não sócio)

LEGACY PARTICIPAÇÕES LTDA.
p. Ana Cecília Teixeira Barreto de Oliveira

MJP PARTICIPAÇÕES LTDA.
p. Alda Cecília Teixeira Barreto

Visto do advogado

ALINE FEITOSA DE BARROS
OAB/SE Nº 6.050



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa CONSTRUTORA CELI LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00254754520	LUCIANO FRANCO BARRETO
02143254580	LUCIANO FRANCO BARRETO NETO
02390386571	ALINE FEITOSA DE BARROS
12912018404	HOLON CELERINO DA FONSECA FILHO
40712028587	ALDA CECILIA TEIXEIRA BARRETO
51676400591	ANA CECILIA TEIXEIRA BARRETO DE OLIVEIRA
89579526591	HAULLEN STUART SOARES VIEIRA



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/08/2021 09:55 SOB N° 20210287918.
PROTOCOLO: 210287918 DE 04/08/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12105928931. CNPJ DA SEDE: 13031257000152.
NIRE: 28200009757. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 20/07/2021.
CONSTRUTORA CELI LTDA

ALINE MENEZES DE SOUZA
SECRETÁRIA-GERAL
www.agiliza.se.gov.br